

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2017

PROCESSO SAP/GS Nº 960/2016

DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: 01/11/2017

HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 09h30min

LOCAL: Av. General Ataliba Leonel, 556, Santana – São Paulo.

A Senhora Chefe de Gabinete Substituto da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, no uso de sua competência, nos termos do inciso III, do artigo 50, do Decreto Estadual nº 46.623/2002, torna público que se acha aberta nesta Unidade, sito na Avenida General Ataliba Leonel, 556 – Santana – São Paulo – SP, a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO – Processo SAP/GS Nº 960/2016, objetivando a EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE REPARO E REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, situada na Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo/SP, CEP 02033-000, sob o regime de empreitada por preço unitário, que será regida pela Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Estadual n.º 6.544/89, com alterações posteriores, Resoluções SAP 06/2007 e CC 52/2005 e demais normas pertinentes.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e respectivos anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação, acompanhados da declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, serão recebidos em sessão pública que será realizada no auditório da Secretaria da Administração Penitenciária, localizada na Av. General Ataliba Leonel, 556 – Santana - São Paulo/SP, iniciando-se no dia 01/11/2017 às 09h30min, e será conduzida pela Comissão Julgadora de Licitação.

1 - OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE REPARO E REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, situada na Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo/SP, CEP 02033-000, conforme especificações técnicas incluindo o caderno técnico do Anexo XV que integram este Edital, observadas as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

1.2. A contratação será efetivada sob o regime de empreitada por preço unitário, e sua execução será fiscalizada e gerenciada pelo Contratante ou por empresa por ela indicada.

1.3. O valor total estimado para a execução do objeto deste certame é de R\$ 510.034,43 (quinhentos e dez mil, trinta e quatro reais e quarenta e três centavos), tendo como base o Boletim de Custos nº 170 da Companhia Paulista de Obras e Serviços.

2. DA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar do certame:

2.1. Os interessados do ramo pertinente ao objeto, cadastrados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, na correspondente especialidade, observadas as disposições dos subitens 5.2.1 e 5.2.1.1 deste Edital.

2.2. A cooperativa de trabalho deverá comprovar o registro desta na entidade Estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107, da Lei Federal nº 5.764, de 14 de julho de 1971; assim como, deverá ser indicado, pela sociedade cooperativa, um gestor encarregado de representá-la, com exclusividade, perante a Pasta.

2.2.1. A participação das cooperativas deve observar as disposições do Decreto Estadual nº 55.938/10, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159, de 21 de junho de 2011.

2.3. Os demais interessados do ramo pertinente ao objeto, não cadastrados na forma do subitem 2.1, que deverão apresentar documentos demonstrando que, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, atendiam a todas as exigências para o cadastramento. Os documentos considerados necessários para tanto são aqueles relacionados nos subitens 5.1.1 a 5.1.5 deste Edital.

3. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. As licitantes deverão apresentar fora dos Envelopes nºs 1 e 2, indicados no subitem 3.2, declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital e, se for o caso, a declaração de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa a que se refere o subitem 17.3 deste Edital (Anexo XIX).

3.2. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – PROPOSTA
Tomada de Preços nº 02/2017
Processo nº 960/2016

Envelope nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
Tomada de Preços nº 02/2017
Processo nº 960/2016

3.3. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou procurador, juntando-se cópia do instrumento de procuração.

3.4. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, ou cópia acompanhada do original para autenticação por membro da Comissão Julgadora de Licitação.

4. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

4.1. A proposta de preço, redigida conforme o Anexo III, deverá conter os seguintes elementos:

4.1.1. Nome, endereço, CNPJ e Inscrição Estadual/municipal do licitante.

4.1. 2. Número do processo e número desta Tomada de Preços.

4.1.3. Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do caderno técnico, Anexo XV, deste edital.

4.1.4. Preço total para a execução do objeto, em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

4.1.5. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

4.2. Os preços incluem todas as despesas diretas ou indiretas e as margens de lucro da Contratada, que se refiram ao objeto descrito e caracterizado no Memorial Descritivo e seus complementos, tais como: materiais e mão de obra; serviços de terceiros, aplicados à própria obra ou em atividade de apoio, como vigilância e transporte; locações de máquinas e equipamentos ou de imóveis e instalações auxiliares à obra; consumo de água, energia e telecomunicações; seguros legal ou contratualmente exigidos; encargos sociais e trabalhistas; impostos e taxas incidentes sobre a atividade econômica ou a obra em si; multas aplicadas pela inobservância de normas e regulamentos; alojamentos e alimentação; vestuário e ferramentas; depreciações e amortizações; despesas administrativas e de escritório; testes laboratoriais ou outros exigíveis por norma técnica etc.

4.2.1. Na hipótese de os custos unitários propostos pelas licitantes superarem os valores indicados na Planilha Orçamentária Detalhada (Anexo XVI), deverá ser apresentado no envelope “Proposta”, sob pena de desclassificação, o demonstrativo da composição de todos os valores que compõem os itens afetados, com indicação dos encargos sociais e BDI, e as justificativas técnicas que comprovem a compatibilidade e a coerência dos preços dos insumos e salários com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto licitado.

4.3. A proposta de preço deverá ser acompanhada dos seguintes documentos, assinados pelo representante legal da licitante:

a) planilha, conforme modelo constante do Anexo IV, preenchida em todos os itens, com seus respectivos preços unitários e preço total, grafado em moeda corrente nacional, com, no máximo, duas casas decimais;

b) demonstrativo dos encargos sociais, conforme Anexo XVII;

c) cronograma físico e financeiro, conforme modelo constante dos Anexos V e VI;

d) demonstrativo da composição do BDI, conforme Anexo IX.

4.3.1. A fim de agilizar a conferência dos valores apresentados, os documentos referidos nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 4.3 deverão também ser apresentados em arquivo eletrônico (CD).

5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. O envelope DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

5.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;
- c) documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) registro da sociedade cooperativa perante a entidade Estadual de Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos no artigo 107, da Lei Federal nº 5.764, de 14 de julho de 1971.

5.1.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1.2.1. A comprovação nos quantitativos ora solicitados equivalem a 50% dos quantitativos totais da obra, correspondentes a parcela de maior relevância, de acordo com o inciso II, § 1º, do artigo 30, da Lei Federal 8.666/93 e as Súmulas 23 e 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

a) atestado(s) que comprove(m) a execução de obras ou serviços, onde deverão conter, necessariamente, a especificação do tipo de obra, com a indicação da área em metros quadrados, dos trabalhos realizados e do prazo de execução; fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, conforme segue:

- 1. Fornecimento e montagem de estrutura em aço – 4.950,00 Kg**
- 2. Telhamento em chapa de aço com pintura poliéster, tipo sanduíche – 495,00 m²;**
- 3. Membrana isolante térmica e impermeabilizante – 25,00 m²;**
- 4. Impermeabilização em manta asfáltica com armadura – 65,00 m²;**
- 5. Impermeabilização em argamassa polimérica – 40,00 m².**

b) para demonstrar o cumprimento das quantidades constantes do subitem “a” anterior, a Licitante poderá se utilizar do somatório dos quantitativos já executados em tantos contratos quantos dispuser, correspondentes a quaisquer períodos.

c) comprovação, por meio de atestados, de que a empresa possui no seu quadro, na data de apresentação da proposta, profissional(ais) de nível superior, registrado(s) no CREA/CAU como responsável(is) técnico(s) da mesma, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico emitida(s) pelo CREA/CAU, de execução de obras ou serviços com características semelhantes ao objeto da presente licitação, conforme segue:

c.1) construção de empreendimento não residencial;

c.2) instalações elétricas, hidráulicas e prevenções e combate a incêndio.

d) certidão de registro da empresa e de seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/CAU.

e) certificado de visita técnica, conforme item 15 do presente edital.

f) declaração de que disporá, na data da contratação, de equipe técnica especializada e disponível para a execução do objeto licitado;

g) declaração de que possuirá, na data da contratação, as máquinas e/ou equipamentos necessários para a execução do objeto licitado;

5.1.2.2. - A comprovação de vínculo profissional a que se reporta a alínea “c” do subitem 5.1.2 pode se dar mediante a apresentação de contrato social, anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social ou contrato de trabalho, ou, no caso de prestador de serviços, do respectivo contrato de prestação de serviços; no caso de sócio(s), deverá a licitante apresentar cópia do contrato social atualizado.

5.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

a.1) Se a licitante for cooperativa, a certidão mencionada na alínea “a”, deste subitem 5.1.3, deverá ser substituída por certidão negativa de ações e insolvência civil.

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, mencionando expressamente, em cada balanço, o número do livro Diário e das folhas em que se encontra transcrito e o número do registro do livro na Junta Comercial, de modo a comprovar a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta;

c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente publicados na imprensa oficial, tratando-se de sociedades empresárias.

c.1) Se a licitante tiver sido constituída a menos de 01 (um) ano, a documentação referida nas alíneas “b” e “c” deste subitem 5.1.3 deverá ser substituída pela demonstração contábil relativa ao período de funcionamento.

d) Comprovação de capital social mínimo registrado e integralizado no valor de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, equivalente a R\$ 51.003,44 (cinquenta e um mil, três reais e quarenta e quatro centavos), admitida a atualização até a data da apresentação das propostas através de índices oficiais, devendo tal comprovação ocorrer por meio de certidão de breve relato (Certidão Simplificada), expedida pela Junta Comercial ou por meio do último instrumento de alteração contratual que comprove a participação societária e o capital social.

5.1.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.1.4.1 A documentação relativa à regularidade Fiscal deverá corresponder à empresa participante (que pretende executar a obra, seja ela matriz ou filial), e consistirá em:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, da empresa participante;
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, do domicílio ou sede da empresa participante, mediante apresentação conjunta da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de Tributos e Contribuições Federais;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da empresa participante, pertinente ao seu ramo de atividade e relativo aos tributos relacionados com as atividades objeto da licitação, mediante apresentação de Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, expedida pelo órgão Estadual competente;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa participante, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos mobiliários, expedida pela Secretaria de Finanças desse Município;
- f) prova de regularidade relativa aos Sistema de Seguridade Social – INSS (CND) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- g) certidão negativa ou positiva com efeito de negativa quanto à regularidade da empresa participante perante a Justiça do Trabalho de acordo com a Lei Federal nº 12.440, de 07/07/2011, publicada no DOU de 8 de julho de 2011.

5.1.4.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, assim como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/07 deverão apresentar a documentação

prevista no subitem 5.1.4.1, para fins de comprovação de sua regularidade fiscal, ainda que seus documentos apresentam alguma restrição.

5.1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

5.1.5.1. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, de acordo com o modelo que constitui os Anexos X, XI, XII e XX deste Edital, assegurando o seguinte:

- a) que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do Decreto Estadual nº 42.911, de 06.3.98;
- b) a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218, de 12 de fevereiro de 1999;
- c) a obrigação de utilizar na execução do objeto da licitação somente produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa de procedência legal e, no caso de utilização de produtos e subprodutos listados no artigo 1º do Decreto Estadual nº 53.047, de 02 de junho de 2008, a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica devidamente cadastrada no “Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira – CADMADEIRA”.
- d) Declaração sobre Administração Local da Obra.

5.2. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

5.2.1. Os interessados cadastrados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, na correspondente especialidade, poderão informar o respectivo cadastramento e apresentar apenas os documentos relacionados nos subitens 5.1.1 a 5.1.5 que não tenham sido apresentados para o cadastramento ou que, se apresentados, já estejam com os respectivos prazos de validade vencidos, na data de apresentação das propostas.

5.2.1.1. Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no subitem 5.2.1, a Comissão Julgadora diligenciará junto ao CAUFESP.

5.2.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data da apresentação das propostas.

6. DA SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA

6.1. No local, data e horário indicados no preâmbulo desta Tomada de Preços, em sessão pública e durante o tempo mínimo de 30 (trinta) minutos, a partir da respectiva abertura, a Comissão Julgadora receberá a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e, se for o caso, a declaração a que se refere o subitem 17.3 deste edital, mais os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação e, na sequência, procederá à abertura dos Envelopes nº 1 – PROPOSTA, sendo que estes

envelopes e as propostas, após verificados e rubricados por todos os presentes, serão juntados ao respectivo processo.

6.1.2. Os Envelopes nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, depois de rubricados por todos os presentes, ficarão sob a guarda da Comissão Julgadora da Licitação fechados e inviolados, até as respectivas aberturas em sessão pública.

6.2. A licitante poderá apresentar-se ao ato por seu representante legal ou pessoa devidamente credenciada, mediante procuração com poderes específicos para intervir no processo licitatório, inclusive para interpor recursos ou desistir de sua interposição.

6.3. Os representantes das proponentes deverão identificar-se exibindo a Carteira de Identidade, acompanhada do contrato social da licitante, bem como o instrumento de procuração.

6.4. É vedada a representação de mais de uma licitante por uma mesma pessoa.

6.5. A entrega dos envelopes configura a aceitação de todas as normas e condições estabelecidas nesta Tomada de Preços, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se a licitante a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo à participação no certame, quando for o caso.

6.6. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrada a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO

7.1. As propostas de preço serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas apresentadas, que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções correspondentes nos casos de eventuais erros encontrados, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para a apuração do valor final da proposta.

7.2. A análise das propostas visará o atendimento das condições estabelecidas nesta Tomada de Preços, sendo desclassificada a proposta que:

- a) estiver em desacordo com qualquer das exigências estabelecidas neste edital;
- b) apresentar preços unitários ou total para a execução do objeto da presente licitação simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado, ou que se revelarem manifestamente inexequíveis, nos termos do artigo 48, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) oferecer valor unitário superior àquele indicado na planilha orçamentária (Anexo XVI), desacompanhado do demonstrativo e das justificativas técnicas referidas no subitem 4.2.1. do item 4 deste edital, ou quando os mencionados demonstrativos e justificativas técnicas não forem acolhidos pela Comissão Julgadora de Licitação;
- d) apresentar preços unitários divergentes para o mesmo item/código da planilha orçamentária;

e) apresentar preço total para a execução do objeto da presente licitação superior àquele indicado no orçamento de quantitativos e preços que integram este edital (Anexo XVI).

7.2.1. A Comissão Julgadora poderá a qualquer momento solicitar aos licitantes a composição de preços unitários dos serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

7.3. Não será considerada para fins de julgamento da proposta:

a) oferta de vantagem não prevista neste instrumento convocatório e nem preço e/ou vantagem baseados nas ofertas dos demais licitantes;

b) oferta de prazo ou condições diferentes dos fixados nesta Tomada de Preços.

7.4. O julgamento das propostas será efetuado pela Comissão Julgadora de Licitação, que elaborará a lista de classificação das propostas, observada a ordem crescente dos preços apresentados.

7.4.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas, far-se-á a classificação por sorteio público na mesma sessão, ou em dia e horário a ser comunicado aos licitantes pela imprensa oficial, na forma estatuída no artigo 45, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.5. Com base na classificação de que trata o subitem 7.4. será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte, assim como às cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15.06.2007, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

7.5.1. A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos moldes indicados no subitem 7.5, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 10% (dez por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada para que apresente preço inferior ao da melhor classificada.

7.5.2. A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 7.5.1.

7.5.3. O exercício do direito de que trata o subitem 7.5.1 ocorrerá na própria sessão pública de julgamento das propostas, no prazo de 15 (quinze) minutos contados da convocação, sob pena de preclusão. Não ocorrendo o julgamento em sessão pública ou na ausência de representantes legal ou procurador da licitante que preencha as condições indicadas no subitem 7.5.1 na mesma sessão, o exercício do referido direito ocorrerá em nova sessão pública, a ser realizada em prazo não inferior a 2 (dois) dias, para qual serão convocados todas as licitantes em condições de exercê-lo, mediante publicação na Imprensa Oficial.

7.5.3.1. Não havendo a apresentação de novo preço inferior ao da proposta melhor classificada, por parte da licitante que preencha as condições do subitem 7.5.1, as demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, nos moldes indicados no subitem 7.5, cujos valores das propostas se enquadrem nas mesmas condições, poderão exercer o direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, observados os procedimentos previstos no subitem 7.5.3.

7.5.4. O não comparecimento à nova sessão pública de que trata o subitem 7.5.3 ensejará a preclusão do direito de preferência da licitante faltante.

7.5.5. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 7.4, seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos moldes indicados no subitem 7.5, não será assegurado o direito de preferência.

7.6. Havendo o exercício do direito de preferência a que alude o subitem 7.5, será elaborada nova lista de classificação nos moldes do subitem 7.4, e considerando o referido exercício.

7.7. Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, a Administração poderá proceder consoante faculta o § 3º do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93 e parágrafo único do artigo 43, da Lei Estadual nº 6.544/89, marcando-se nova data para sessão de abertura dos envelopes, mediante publicação no DOE.

7.8. Os envelopes nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das licitantes que tiverem propostas desclassificadas serão devolvidos fechados, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

7.9. Não se admitirá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Julgadora da Licitação.

7.10. O julgamento da habilitação se fará a partir do exame dos documentos indicados no item 5 deste edital.

7.11. Serão abertos os Envelopes nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das licitantes cujas propostas ocupem os três primeiros lugares da classificação, com a observância das seguintes situações:

a) em seguida à classificação das propostas, na mesma sessão pública, a critério da Comissão Julgadora, se todas as licitantes desistirem da interposição do recurso em face do julgamento das propostas.

b) em data previamente divulgada na imprensa oficial, nos demais casos.

7.12. Respeitada a ordem de classificação e o previsto no subitem 7.11, serão abertos tantos Envelopes nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO de licitantes classificadas, quantos forem as inabilitadas com base no julgamento de que trata o subitem 7.10.

7.13. Admitir-se-á o saneamento de falhas relativas aos documentos de habilitação, desde que, a critério da Comissão Julgadora da Licitação, esse saneamento possa ser concretizado no prazo máximo de 3 (três) dias, sob pena de inabilitação e aplicação das sanções cabíveis.

7.14. Para habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, assim como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15.6.2007, não será exigida a comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 5.1.4 deste edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

7.14.1. A licitante habilitada nas condições do subitem 7.14 deverá comprovar sua regularidade fiscal, e decairá do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.14.2. A comprovação de que trata o subitem 7.14.1 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.15. Na hipótese de inabilitação das licitantes classificadas, poderá proceder-se consoante faculta o § 3º do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93, marcando-se nova data para abertura dos envelopes contendo a documentação, mediante publicação no DOE.

7.16. Será considerada vencedora do certame a licitante que, atendendo a todas as condições da presente licitação, oferecer o menor preço.

7.17. A adjudicação será feita pela totalidade do objeto.

7.18. Se a vencedora do certame for licitante que exerceu o direito de preferência de que trata o subitem 7.5, deverá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de adjudicação do objeto, os novos preços unitários e preço total para a contratação, a partir do valor total final obtido no certame.

7.18.1. Esses novos preços serão apresentados em nova planilha, nos moldes do Anexo IV deste edital, a ser entregue na nova sessão pública a ser agendada consoante o item 7.5.3.

7.18.2. Na hipótese de não cumprimento da obrigação estabelecida no subitem 7.18, no prazo assinalado, os preços unitários finais válidos para a contratação serão apurados pelo Contratante, com a aplicação do percentual que retrate a redução obtida entre o valor total oferecido na proposta inicial e o valor total final obtido no certame, indistintamente, sobre cada um dos preços unitários ofertados na referida proposta.

8. DO PRAZO, CONDIÇÕES E ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

8.1. O objeto desta licitação deverá ser executado e concluído, pelo contratado, em 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da ordem de início dos serviços, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.2. O objeto desta licitação deverá ser executado na Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo/SP, CEP 02033-000, correndo por conta da Contratada as despesas decorrentes desta execução, inclusive aquelas relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

8.3. Todos os projetos executivos e legais elaborados pela Contratada deverão ser aprovados pelo Contratante. O desenvolvimento dos serviços obedecerá ao Cronograma Físico-Financeiro apresentado na proposta.

9. DA FISCALIZAÇÃO E VISTORIAS

9.1. Serão realizadas vistorias pelo Contratante ou prepostos devidamente qualificados, que terão por objetivo: a avaliação da qualidade e do andamento dos serviços prestados; a medição dos serviços executados para efeito de faturamento; e a recepção de serviços concluídos, especialmente ao final da obra.

9.2. Todas as vistorias deverão ser acompanhadas pelo arquiteto ou engenheiro indicado pela Contratada.

9.3. A realização das vistorias deverá ser registrada no diário da obra, e as anotações da fiscalização no mesmo terão validade de comunicação escrita, devendo ser rubricadas pelos representantes de ambas as partes.

9.4. A Contratada manterá no local o livro diário da obra, devendo o Contratante receber as segundas vias das folhas do mesmo. Nesse livro estarão registrados os trabalhos em andamento, as condições especiais que afetem o desenvolvimento dos trabalhos e os fornecimentos de materiais, fiscalizações ocorridas e suas observações, anotações técnicas etc., servindo de meio de comunicação formal entre as partes.

10. DAS MEDIÇÕES

10.1. As medições para faturamento deverão ocorrer a cada período de 30 (trinta) dias a partir da ordem de início dos serviços. As medições devem ser precedidas de solicitação da Contratada, com antecedência de 05 (cinco) dias - sob pena de não realização -, instruída com os seguintes documentos:

a) relatórios escrito e fotográfico;

b) cronograma refletindo o andamento da obra;

c) declaração, sob as penas da lei, afirmando que os produtos e subprodutos de madeira utilizados na obra são, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos e subprodutos de origem nativa:

c1) se tais produtos e subprodutos forem aqueles listados no artigo 1º parágrafo primeiro, do Decreto Estadual nº 53.047/2008, declaração, sob as penas da lei, afirmando que procedeu as respectivas aquisições de pessoa jurídica cadastrada no CADMADEIRA;

c2) apresentação das faturas e notas fiscais e demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada na obra, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para controle de produtos e subprodutos florestais, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

10.2. Serão medidos apenas os serviços ou as parcelas dos serviços executados e concluídos, conforme o disposto nos documentos que integram o presente edital e seus anexos.

10.3. As medições serão registradas em planilhas que conterão a discriminação dos serviços, as quantidades medidas e seus preços, e serão acompanhadas de elementos elucidativos adequados, como fotos, memórias de cálculo, desenhos, catálogos etc.

10.4. As medições serão acompanhadas por representantes das partes, sendo que eventuais divergências serão sanadas pelo representante do Contratante.

10.5. Caberá ao gestor do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos listados no artigo 1º, do Decreto Estadual nº 53.047/2008, bem como instruir o expediente da contratação com o comprovante do respectivo cadastramento e com as cópias de documentos indicadas no subitem 10.1, alínea c.2.

10.6. As obras e os serviços serão pagos de acordo com as quantidades efetivamente executadas e medidas, sendo que o primeiro pagamento/medição não poderá se referir apenas à instalação da obra, devendo necessariamente corresponder à parcela de serviços executados.

11. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE DE PREÇO

11.1. Os valores dos pagamentos a serem efetuados pelo Contratante serão calculados em conformidade com as medições realizadas no período a que o pagamento se referir, em consonância com o cronograma físico e financeiro da obra e a planilha de preços, mediante a apresentação dos originais da fatura.

11.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de cada da medição, nos termos do § 2º, do artigo 3º do Decreto Estadual nº 32.117/90, alterado pelo Decreto Estadual nº 43.914, de 26 de março de 1999, observando-se para as respectivas realizações o procedimento e as demais condições e prazos estabelecidos na minuta de termo de contrato, que constitui anexo integrante deste ato convocatório.

11.3. Havendo atraso no pagamento, sobre o valor devido incidirá correção monetária nos termos do artigo 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, com base na Unidade Fiscal do Estado - UFESP, bem como juros moratórios, estes a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "*pro rata tempore*", em relação ao atraso verificado.

11.4. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil S.A.

11.5. Os preços não serão reajustados.

11.5.1 Só será admitido reajuste se o prazo de execução do objeto sofrer prorrogação, observados os termos desta Tomada de Preços e da Lei de Licitações, de modo que o contrato venha a atingir vigência superior a 12 (doze) meses, salvo se a prorrogação ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, hipótese em que não haverá reajuste.

11.5.2 Para o reajuste serão observados: periodicidade de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou a data do orçamento a que esta proposta se referir, conforme Decreto Estadual nº 45.113, de 28 de agosto de 2000, e o Índice Geral de Edificações – FIPE, divulgado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, bem como as disposições do Decreto Estadual nº 27.133/87.

11.6 Constitui condição para realização dos pagamentos a existência de registro em nome da contratada no “Cadastro Informativo de Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta constitui anexo do presente ato convocatório.

12.1.1. Se por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débitos para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Federal (débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.1.1.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar sua situação de regularidade de que trata o subitem 12.1.1, mediante apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

12.1.2. No prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação da homologação e adjudicação no DOE, a adjudicatária deverá, sob pena de a contratação não se realizar, encaminhar ao Departamento de Engenharia da Secretaria da Administração Penitenciária, localizada na Av. General Ataliba Leonel, 556, Santana, São Paulo, declaração de que atende as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do artigo 117 da Constituição Estadual, bem como o(s) documento(s) de que trata a alínea “d”, do subitem 5.1.2, com o visto do CREA/CAU-SP, quando a sede da licitante vencedora pertencer à região fora da jurisdição da referida entidade.

12.1.3. Constitui, ainda, condição para a celebração do contrato, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da respectiva celebração.

12.1.3.1. O cumprimento da condição que se refere o subitem anterior poderá se dar pela comprovação, pela adjudicatária, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º, da Lei Estadual 12.799/2008.

12.2. A adjudicatária deverá no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da convocação, comparecer no Departamento de Engenharia da Secretaria da Administração Penitenciária para assinatura do termo de contrato.

12.3. O não cumprimento da obrigação estabelecida no subitem 12.2, ou a não apresentação dos documentos indicados nos subitens 7.14.2, 12.1.1.1 e 12.1.2, nos prazos apontados nos referidos subitens, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, nos termos do artigo 81, da Lei Federal nº

8.666/93, e artigo 79, da Lei Estadual nº 6.544/89, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas e à aplicação de multa, observado o disposto na Resolução SAP 06/2007.

12.3.1. Sendo a adjudicatária cooperativa, caso haja caracterizado o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 1º, §1º, nº 3, do Decreto Estadual nº 55.938/10 com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159, de 21 de junho de 2011, tal fato, acarretará na imediata rescisão do contrato administrativo.

12.4. Nas hipóteses previstas nos subitens 12.1.3 e 12.3 fica facultado à Administração convocar os demais participantes, nos termos do artigo 64, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, para a assinatura do contrato.

13. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

13.1. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87, da Lei Federal nº 8.666/93, artigos 80 e 81, da Lei Estadual nº 6.544/89, de acordo com o estipulado na Resolução SAP 06/2007, no que couber.

13.2. A licitante que ensejar o retardamento do certame, não mantiver a proposta ou fizer declaração falsa, inclusive aquela prevista no inciso I, do artigo 40, da Lei Estadual nº 6.544/1989, com a redação dada pela Lei Estadual nº 13.121, de 7 de julho de 2008, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

13.3. Sem prejuízo da aplicação das sanções indicadas nos subitens 13.1 e 13.2, o descumprimento das obrigações previstas nos incisos I, II e III, do artigo 9º, do Decreto Estadual nº 53.047/2008 sujeitará a Contratada à sanção administrativa de proibição de contratar com a Administração Pública, estabelecida no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes a referida sanção, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.

13.4. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. Os serviços serão recebidos pelo Contratante, após inspeção física de qualidade por comissão ou servidor para tanto designado, em conformidade com o disposto nos artigos 70 e 71, da Lei Estadual nº 6.544/89, e 73 e 74, da Lei Federal nº 8.666/93, e com as regras específicas estabelecidas neste edital e seus anexos.

14.2. A vistoria para recebimento da obra será feita quando o imóvel tiver plena condição de uso, com as ligações às redes públicas devidamente aceitas, limpo e higienizado; constatada a conclusão dos serviços de acordo com o projeto, as especificações e as recomendações da fiscalização, o Contratante fornecerá o Termo de Recebimento Provisório da Obra.

14.2.1. O período para observação será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do Recebimento Provisório, se, na ocasião, outro prazo maior não for determinado para eventuais ensaios e testes.

14.3. Decorrido esse período sem necessidade de quaisquer reparos, será entregue o Termo de Recebimento Definitivo.

14.4. O recebimento da obra, bem como a aceitação dos serviços das etapas intermediárias, atesta o cumprimento das exigências contratuais, mas não afasta a responsabilidade técnica ou civil da Contratada, que permanece regida pela legislação pertinente.

14.5. Havendo rejeição dos serviços no todo ou em parte estará a Contratada obrigada a refazê-los, no prazo a ser fixado pelo Contratante, observando as condições estabelecidas para a execução.

15. CERTIFICADO DE VISITA TÉCNICA

15.1. A licitante deverá indicar representante devidamente credenciado, para apresentar-se no local da obra para realização de visita técnica, com o objetivo de cientificar-se das condições do local, no qual serão realizados os serviços, para elaboração de sua proposta de preço.

15.2. A visita técnica deverá ser realizada nos dias 16/10, 17/10, 18/10, 23/10, 24/10, 25/10, 30/10 e 31/10/2017, das 14:00 às 17:00 horas, na Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo/SP, CEP 02033-000.

15.3. Não será necessário o agendamento da visita técnica, pois, nos dias e horários fixados no subitem 15.2, um representante desta Secretaria estará no local aguardando a visita dos licitantes interessados.

15.4. A empresa receberá comprovante de sua visita técnica a ser fornecido pelo funcionário da Secretaria da Administração Penitenciária, devendo constar do Envelope nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, sob pena de inabilitação.

16. DOS RECURSOS

16.1. Dos atos praticados pela Administração nas diversas fases desta licitação caberão os recursos previstos nos artigos 109 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, dirigidos à autoridade competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, que deverão ser protocolados na Secretaria da Administração Penitenciária, localizada na Av. General Ataliba Leonel, 556, Santana, São Paulo, no horário das 09:00 às 17:00 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação daquele ato ou da lavratura da ata.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco) por cento, sobre o valor da contratação, em conformidade com o disposto no artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, encaminhando o respectivo comprovante ao Departamento de Engenharia da Secretaria da Administração Penitenciária.

17.1.1. Se a adjudicatária optar pela modalidade seguro-garantia, das condições da respectiva apólice deverá constar disposição expressa estipulando a responsabilidade da seguradora inclusive pelo pagamento dos valores relativos a multas de quaisquer espécies, aplicadas à tomadora do seguro.

17.1.2. A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após a integral execução de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.1.3. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a Contratada às penalidades legalmente estabelecidas e à aplicação de multa, observado o disposto na Resolução SAP nº 06/2007.

17.2. As licitantes no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado da data da homologação do certame, deverão comparecer no Departamento de Engenharia da Secretaria da Administração Penitenciária, localizado na Avenida Ataliba Leonel, 556, Santana, São Paulo - Capital, para retirarem os envelopes nº 02 - HABILITAÇÃO, sendo que, decorrido tal prazo *"in albis"*, tais documentos serão destruídos.

17.3. Para fruição dos benefícios previstos nos subitens 7.5 e 7.14 a qualidade de microempresa e empresa de pequeno porte deverá estar expressa nos documentos indicados no subitem 5.1.1, alíneas "a", "b" e "d". Para a fruição dos mesmos benefícios a cooperativa que preencha as condições fixadas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15/6/2007, deverá apresentar, juntamente com os Envelopes nºs 1 e 2 e fora deles, declaração sob as penas da lei, firmada por representante legal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo XIX deste edital.

17.4. Integram o presente edital:

Anexo I – Carta Credencial;

Anexo II – Declaração de Pleno Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

Anexo III – Proposta Comercial;

Anexo IV – Planilha de Preenchimento a Preços Unitários;

Anexo V – Cronograma Físico;

Anexo VI – Cronograma Financeiro;

Anexo VII – Planilha de Preenchimento Cronograma Físico;

Anexo VIII – Planilha de Preenchimento Cronograma Financeiro;

Anexo IX – Demonstrativo da Composição de BDI;

Anexo X – Declaração de Regularidade perante o Ministério do Trabalho;

Anexo XI – Declaração de Inexistência de fato impeditivo e regularidade consoante o parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

Anexo XII – Declaração de Compromisso de utilização de produtos e subprodutos de madeira do Decreto Estadual nº 53.047/08;

Anexo XIII – Minuta do Contrato;

Anexo XIV – Resolução SAP 06/07;

Anexo XV – Caderno Técnico:

a- Relação de Projetos;

b -Memoriais Descritivos / especificações técnicas;

c - Critérios de Medição e Remuneração a Preços Unitários;

Anexo XVI – Planilha Orçamentária Detalhada;

Anexo XVII – Demonstrativo dos encargos sociais;
Anexo XVIII – Composição do BDI;
Anexo XIX – Declaração Microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.
Anexo XX - Declaração Sobre a Administração Local da Obra.

17.5. Os casos omissos da presente Tomada de Preços serão solucionados pela Comissão Julgadora de Licitação.

17.6. Os esclarecimentos relativos a esta licitação deverão ser solicitados via fax no telefone (011) 3206-4793, pelo e-mail institucional sap@sap.sp.gov.br, ou mediante protocolo na Sede da Secretaria, localizada na Av. General Ataliba Leonel, 556, Santana, São Paulo/SP; e, serão respondidos mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

17.7. O presente Edital será publicado em resumo, na Imprensa Oficial, em jornal de grande circulação e poderá ser consultado, pelos interessados, no site www.e-negociospublicos.sp.gov.br, e no sítio eletrônico www.sap.sp.gov.br.

17.8. A publicidade dos atos pertinentes a esta licitação será efetuada mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

17.9. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

São Paulo, 9 de outubro de 2017.

MARIANA NOEMI PINA DE BRANGER
Chefe de Gabinete Substituto

ANEXO I
CARTA CREDENCIAL

À
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SÃO PAULO/SP
Tomada de Preços nº 02/2017
Processo SAP/GS Nº 960/2016

A empresa..... localizada na
....., CNPJ nº, por seu
representante legal, abaixo assinado e identificado, vem pela presente CREDENCIAR o
Sr....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador da cédula de identidade RG
nº....., como seu representante na Tomada de Preços epígrafada, que tem por objeto a
EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE REPARO E REFORMA DA COBERTURA DA
ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, situada na Avenida General Ataliba Leonel, nº
556, Santana, São Paulo/SP, CEP 02033-000, com poderes para praticar todos os atos que se fizerem
necessários, inclusive e especialmente para desistir da interposição de recurso.

São Paulo, de de

(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da Licitante e deverá estar acompanhado do contrato/estatuto social, atestando os poderes do Representante Legal e, no caso deste delegar poderes a terceiro, também do instrumento de procuração (por instrumento público ou por particular) atestando os poderes do signatário dos documentos, os quais serão entregues à Comissão de Licitação quando da entrega dos envelopes.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(Modelo a ser redigido em papel timbrado da licitante)

À
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SÃO PAULO/SP
Tomada de Preços nº 02/2017
Processo SAP/GS 960/2016

Prezados Senhores,

Eu (nome e identificação completa), representante legal da empresa (identificação completa da licitante), interessada em participar no processo licitatório acima referenciado, DECLARO, sob as penas da lei, nos termos do inciso I do artigo 40, da Lei nº 6.544/89, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 13.121 de 7 de julho de 2008, que a empresa....., inscrita no CNPJ sob nº, sediada na, interessada em participar do certame em referência, cumpre plenamente, os requisitos de habilitação exigidos no item do Edital de Tomada de Preços nº 02/2017.

São Paulo, de de

Representante legal (nome e cargo)
(com carimbo da empresa)

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da Licitante e deverá ser apresentado fora dos envelopes, acompanhando a carta credencial.

ANEXO III
PROPOSTA COMERCIAL
[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

São Paulo, dede

À

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

São Paulo/SP

Atenção: Comissão Especial de Licitação

Referência: Tomada de Preços nº 02/2017

Processo SAP/GS Nº 960/2016

Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE REPARO E REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, situada na Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo/SP, CEP 02033-000.

Prezados Senhores,

Após, analisarmos minuciosamente toda a documentação da licitação supra referida composta do Edital e seus Anexos, de tomarmos conhecimento de todas as condições e obrigações para a sua execução e estarmos familiarizados com o local onde serão realizadas as obras, propomos executar sob nossa integral responsabilidade o objeto da Tomada de Preços epigrafada, no prazo de () dias corridos, pelo valor total de R\$ (.....), já computado o BDI, resultante da aplicação dos preços ofertados aos itens constantes da Planilha Orçamentária anexa e desta parte indissociável.

A presente proposta é válida pelo prazo de (.....) min. de 60 (sessenta) dias, a partir da presente data.

Atenciosamente,

Carimbo da firma, nome e cargo da pessoa que assina.
Endereço, CNPJ, Inscrição Estadual/ Municipal.

ANEXO IV
PLANILHA DE PREENCHIMENTO A
PREÇOS UNITÁRIOS

ANEXO V
CRONOGRAMA FÍSICO

ANEXO VI
CRONOGRAMA FINANCEIRO

ANEXO VII
PLANILHA DE PREENCHIMENTO CRONOGRAMA FÍSICO

ANEXO VIII
PLANILHA DE PREENCHIMENTO CRONOGRAMA FINANCEIRO

ANEXO IX
DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO BDI

Detalhamento dos Itens para a execução da Obra

Taxa Representativa do Lucro

1. Lucro estimado %

Parcelas Relativas a Despesas de Rateio da Administração Central

1. Administração central – valor rateado %

Parcelas Relativas às Despesas Financeiras

1. Despesas Financeiras %

Parcelas Relativas a SEGUROS, RISCOS e GARANTIAS de Obra

1. Seguros %

2. Garantias %

3. Riscos %

Sub Total Seguros + Riscos + Garantias %

Parcelas Relativas a Incidência de Impostos

1. Imposto Sobre Serviços – ISS %

2. Impostos que incidem sobre o faturamento – PIS %

3. Impostos que incidem sobre o faturamento – COFINS %

4. Contribuição previdenciária conforme Lei 13.161/2015 – 4,5% sobre o Faturamento %

Sub Total Impostos %

Considerando os percentuais acima e aplicando-se a fórmula abaixo, tem-se:

$$\frac{\{[(1+AC+S+R+G)(1+DF)(1+L)]-1\} \times 100}{1-(I)}$$

BDI adotado – CONFORME LEI 13.161/15 DESONERADO %

(Nome, cargo do representante legal da licitante)

Observações:

Obs. 1: O Egrégio Tribunal de Contas da União determina a exclusão no BDI das parcelas relativas ao Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Acórdão nº 1.595/06 (DOU de 01/09/2006).

Obs. 2: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da licitante.

Obs.3: Na aferição do imposto sobre serviço deverá ser observada a Legislação Municipal, considerando a questão da base de cálculo e a real incidência do imposto.

NOTA: Apresentar valores em porcentagens com até 2 (duas) casas decimais.

ANEXO X
DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO
(Modelo a ser redigido em papel timbrado da licitante)

À
Secretaria da Administração Penitenciária
TOMADA DE PREÇOS nº 02/2017
PROCESSO SAP/GS Nº 960/2016

Prezados Senhores,

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o
(a) Sr (a)....., portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do artigo 27 da Lei Federal 8.666./93, acrescido pela Lei
nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre, nem contrata para qualquer trabalho, menor de dezesseis anos, salvo na condição
de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

São Paulo, de de

Representante legal (nome/cargo/assinatura)
Nome da Empresa
(N.º do CNPJ da Empresa)

ANEXO XI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E REGULARIDADE
A QUE SE REFERE O PARÁGRAFO ÚNICO, DO ARTIGO 117, DA CONSTITUIÇÃO
ESTADUAL

(Modelo a ser redigido em papel timbrando da licitante)

TOMADA DE PREÇOS nº 02/2017
PROCESSO SAP/GS Nº 960/2016

À
Secretaria da Administração Penitenciária
Avenida General Ataliba Leonel, n.º 556 – Santana – São Paulo – SP

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o
(a), Sr (a)....., portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
....., DECLARA, sob as penas penais cabíveis a inexistência de fato impeditivo para sua
habilitação na presente Tomada de Preços, bem como, consoante o disposto no Parágrafo único, do artigo
117, da Constituição do Estado de São Paulo, que atende, para a execução do objeto licitado, as normas
relativas à saúde e segurança no trabalho.

São Paulo, de de

Representante legal
(com carimbo da empresa)

ANEXO XII
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE
MADEIRA DO DECRETO ESTADUAL Nº 53.047/08

À
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SÃO PAULO/SP

Tomada de Preços nº 02/2017
Processo SAP/GS Nº 960/2016

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o disposto nos Decretos 49.674, de 06 de junho de 2005 e nº 53.047, de 2 de junho 2008, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado de São Paulo:

Eu , R.G.legalmente nomeado representante da empresa , CNPJ declaro, sob as penas da lei, que para a execução da(s) obra(s) e serviço(s) de engenharia somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, com autorização de transporte emitida nos termos da legislação vigente.

Declaro, ainda, que no caso de serem utilizados produtos e subprodutos de madeira nativa listados no artigo 1º do Decreto Estadual de Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira – CADMADEIRA, tendo ciência que o não atendimento das presentes exigências na fase de execução do contrato poderá acarretar a sua rescisão, bem como a aplicação de sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, e no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.

São Paulo, de de

(Nome, cargo do representante legal da licitante)

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da proponente.

ANEXO XIII
MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO SAP/GS Nº 960/2016
CONTRATO Nº

TERMO DE CONTRATO QUE CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, E A EMPRESA _____, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE REPARO E REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, na cidade de São Paulo, compareceram de um lado o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Administração Penitenciária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 96.291.141/0163-45, neste ato representada pela Senhora Chefe de Gabinete Substituto, a Senhora MARIANA NOEMI PINA DE BRANGER, RG nº _____ e CPF nº _____, no uso da competência conferida pelo artigo 50, do Decreto Estadual nº 46.623/2002, doravante designado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____ com sede à Rua _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº _____, doravante designada CONTRATADA neste ato representada por _____, e pelos mesmos foi dito que, em face da adjudicação efetuada na licitação Tomada de Preços nº 02/2017, conforme despacho exarado às fls. _____ do Processo nº SAP/GS Nº 960/2016, pelo presente instrumento avençam um contrato objetivando a EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE REPARO E REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, situada na Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo/SP, CEP 02033-000, sujeitando-se às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, inclusive Resoluções SAP 06/2007 e CC-52/2005, e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE REPARO E REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, situada na Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo/SP, CEP 02033-000, conforme as especificações técnicas incluindo o caderno técnico do Anexo XV, que integram o edital da Tomada de Preços nº 02/2017, proposta da CONTRATADA e mais documentos constantes do Processo SAP/GS Nº 960/2016, observadas as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário, e sua execução será fiscalizada e gerenciada pelo CONTRATANTE ou por empresa por ele indicada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

À CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas em cláusulas próprias deste instrumento e seus anexos, bem como daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas Federal e Estadual sobre licitações, cabe:

I - manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

II - responsabilizar-se integralmente pelas obras e/ou serviços porventura executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inclusive aqueles que acarretem infiltrações de qualquer espécie ou natureza, que deverão ser demolidos e/ou refeitos, sem ônus para o CONTRATANTE;

III - responsabilizar-se pelos serviços de proteção provisória, necessários à execução do objeto deste contrato, bem como pelas despesas provenientes do uso de equipamentos;

IV - manter durante toda a execução contratual os seguintes seguros, encaminhando as respectivas apólices ao CONTRATANTE:

- a) risco de responsabilidade civil do construtor;
- b) contra acidentes do trabalho; e
- c) riscos diversos de acidentes físicos decorrentes da execução do objeto deste contrato, além de outros exigidos pela legislação pertinente;

V – responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de acidentes do trabalho, não cobertas pelo seguro;

VI - responsabilizar-se integralmente pelo pagamento de todos os tributos incidentes em virtude da execução do contrato;

VII - reparar ou reconstruir partes da obra danificadas por incêndio ou qualquer sinistro ocorrido na obra, independentemente da cobertura do seguro, no prazo determinado pelo CONTRATANTE, contado a partir da notificação expedida para tanto;

VIII - manter vigilância, constante e permanente, sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer perdas e/ou danos que eventualmente venham a ocorrer;

IX - informar à área de segurança do CONTRATANTE os nomes e funções dos empregados da CONTRATADA que estarão atuando na execução das obras em questão, atualizando sempre que necessário e quando houver alterações;

X - fornecer, ao CONTRATANTE, os dados técnicos de seu interesse e todos os elementos e informações necessárias, quando solicitado;

XI - cumprir as posturas do Município e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços, inclusive as disposições do Decreto Estadual nº 53.047, de 02 de junho de 2008, obrigando-se a utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que

tenham procedência legal e, no caso de utilização de produtos e subprodutos listados no artigo 1º, do referido decreto, proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica cadastrada no “Cadastro Estadual de Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira – CADMADEIRA”;

XII - organizar o almoxarifado, estocando, convenientemente, os materiais destinados à execução da obra objeto deste contrato, responsabilizando-se pela sua guarda e distribuição;

XIII - cumprir e fazer com que todo o pessoal em serviço no canteiro de obras observe os regulamentos disciplinares, de segurança e de higiene existentes no local de trabalho, devendo observar as exigências emanadas da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e, principalmente, as contidas na legislação em vigor;

XIV - manter, permanentemente, no canteiro de obras, pelo menos um representante autorizado/preposto, devidamente credenciado junto ao CONTRATANTE, para receber instruções, bem como para proporcionar à equipe de fiscalização do CONTRATANTE toda a assistência necessária ao bom cumprimento e desempenho de suas tarefas;

XV - providenciar a confecção e colocação, em lugar visível do canteiro, de placa de acordo com o modelo que será fornecido pelo CONTRATANTE;

XVI - assegurar livre acesso à fiscalização do CONTRATANTE aos locais de trabalho e atender a eventuais exigências bem como fornecer as informações solicitadas, no prazo por ele estabelecido, bem como fornecer as informações solicitadas;

XVII - apresentar para controle e exame, sempre que o CONTRATANTE o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e comprovantes de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados que prestam ou tenham prestado serviços por força deste contrato;

XVIII - assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento feito pelo CONTRATANTE. Nessa hipótese o CONTRATANTE poderá reter pagamentos devidos à CONTRATADA, na proporção dos prejuízos verificados, até a solução da pendência;

XIX - providenciar o licenciamento e outros requisitos para a instalação do canteiro de obras e execução dos serviços, sendo também responsável por todas as providências, bem como pelo pagamento de taxas e emolumentos junto às concessionárias de serviços públicos, para efetivação das ligações definitivas de água, telefone, energia elétrica, esgoto, gás e outros itens pertinentes, sendo estas condições necessárias ao recebimento definitivo da obra;

XX - responsabilizar-se, pelo período de 5 (cinco) anos, contados a partir da emissão do “Termo de Recebimento Definitivo”, pela reparação, às suas expensas, de qualquer defeito, quando decorrente de falha técnica comprovada, na execução das obras objeto deste contrato, sendo responsável pela segurança e solidez dos trabalhos executados, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme preceitua o artigo 618 do Código Civil Brasileiro;

- XXI - ter pleno conhecimento das condições locais e da região onde serão executados os serviços;
- XXII - propiciar aos seus empregados as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços, fornecendo-lhes os equipamentos e materiais para o bom desempenho e controle de tarefas afins;
- XXIII - identificar todos os equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;
- XXIV - manter a disciplina entre seus empregados, aos quais será expressamente vedado o uso de qualquer bebida alcoólica, bem como, durante a jornada de trabalho, desviar a atenção do serviço;
- XXV - substituir qualquer integrante de sua equipe, cuja permanência no serviço for considerada inconveniente, no prazo determinado pelo CONTRATANTE;
- XXVI - manter pessoal habilitado, uniformizado num só padrão, devidamente identificado através de crachás com fotografia recente;
- XXVII - instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- XXVIII - dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- XXIX - prestar os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;
- XXX - assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- XXXI - preservar e manter o CONTRATANTE à margem de todas as reivindicações, queixas e representações, de qualquer natureza, referentes aos serviços;
- XXXII – responsabilizar-se por todas as obrigações e compromissos contraídos com quem quer que seja, para a execução do objeto deste contrato, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando o CONTRATANTE, a qualquer título, e nem sequer solidariamente;
- XXXIII – cumprir com o disposto no Decreto Estadual nº 48.138, de 7.10.2003, que trata do uso racional da água;
- XXXIV – apresentar mensalmente histograma que discrimine a permanência do pessoal técnico da administração local, relacionando engenheiro, inclusive de planejamento e segurança do trabalho, mestre, encarregado e demais profissionais pertinentes à necessidade do empreendimento que será objeto de controle e gestão;

XXXV – Atender prontamente a todas as convocações da CONTRATANTE, e quantas vezes for necessário, sempre num intervalo de tempo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, após a convocação, prestando quaisquer esclarecimentos que forem solicitados.

XXXVI – Manter na obra Livro denominado “Diário de Ocorrências” ou “Diário de Obra”, em formatação fornecida pela CONTRATANTE ou padrão CREA/SP, onde deverão ser registradas todas as ocorrências e operações realizadas na obra. Serão registrados igualmente o número e categoria profissional dos operários e servidores que tenham trabalhado na obra diariamente. Este livro deverá ser preenchido diariamente pelo CONTRATADO e entregue semanalmente cópia assinada a CONTRATANTE.

XXXVII – Acatar todas as determinações da CONTRATANTE quanto a interpretação de projetos, devendo, para tanto, registrar no livro “Diário de Ocorrências” todas as observações apresentadas pela fiscalização.

XXXVIII – Não efetuar quaisquer alterações, supressões ou acréscimo dos serviços contratados, sem que haja o devido aditamento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, o CONTRATANTE obriga-se a:

I - expedir ordem de início dos serviços;

II - fornecer à CONTRATADA todos os dados necessários à execução do objeto do contrato, considerada a natureza dos mesmos;

III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato;

IV - exercer a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, comunicando a autoridade competente em seguida, para providências cabíveis;

V - exercer a fiscalização dos serviços, inclusive verificação do diário da obra e sua compatibilidade com as etapas da obra, adotando providências cabíveis em caso de atrasos;

VI - permitir aos técnicos e empregados da CONTRATADA amplo e livre acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato, observadas as normas internas de segurança do CONTRATANTE;

VII - prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar;

VIII - indicar gestor do contrato, nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

IX – aprovar ou devolver para correções, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o projeto como construído “*as built*”.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E VISTORIAS

Serão realizadas vistorias pelo CONTRATANTE ou prepostos devidamente qualificados, que terão por objetivo: a avaliação da qualidade e do andamento dos serviços prestados; a medição dos serviços executados para efeito de faturamento; e a recepção de serviços concluídos, especialmente ao final da obra.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Todas as vistorias serão realizadas pelo CONTRATANTE e deverão ser acompanhadas pelo arquiteto ou engenheiro indicado pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A realização das vistorias deverá ser registrada no diário da obra, e as anotações da fiscalização no mesmo terão validade de comunicação escrita, devendo ser rubricadas pelos representantes de ambas as partes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA manterá no local o livro diário da obra, devendo o CONTRATANTE receber as segundas vias das folhas do mesmo. Nesse livro estarão registrados os trabalhos em andamento, condições especiais que afetem o desenvolvimento dos trabalhos e o fornecimento de materiais, fiscalizações ocorridas e suas observações, anotações técnicas, etc., servindo também, de meio de comunicação formal entre as partes, devendo ser datado e assinado pelo engenheiro responsável.

PARÁGRAFO QUARTO: A fiscalização deste contrato pela CONTRATANTE não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas e serviços pactuados.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor total deste contrato é de R\$ _____ (_____).

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos: Programa de Trabalho _____, Fonte dos Recursos _____ – Natureza da Despesa _____ – Tesouro do Estado – UGE _____.

CLÁUSULA SEXTA - DAS MEDIÇÕES

As medições para faturamento deverão ocorrer a cada período de 30 (trinta) dias a partir da ordem de início dos serviços. As medições devem ser precedidas de solicitação da CONTRATADA, com antecedência de 05 (cinco) dias, sob pena de não realização, instruída com os seguintes elementos:

- a) relatórios escrito e fotográfico;
- b) cronograma refletindo o andamento da obra;
- c) declaração, sob as penas da lei, afirmando que os produtos e subprodutos de madeira utilizados na obra são, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos e subprodutos de origem nativa;

c.1) se tais produtos e subprodutos foram aqueles listados no artigo 1º, parágrafo primeiro, do Decreto Estadual nº 53.047/2008, declaração, sob as penas da lei, afirmando que procedeu as respectivas aquisições de pessoa jurídica cadastrada no CADMADEIRA;

c2) apresentação das faturas e notas fiscais e demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada na obra, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para controle de produtos e subprodutos florestais, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Serão medidos apenas os serviços ou as parcelas dos serviços executados e concluídos conforme o disposto nos documentos que integram o presente contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As medições serão registradas em planilhas que conterão a discriminação dos serviços, as quantidades medidas e seus preços, e serão acompanhadas de elementos elucidativos adequados, como fotos, memórias de cálculo, desenhos, catálogos, etc.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As medições serão acompanhadas por representantes do CONTRATANTE e da CONTRATADA, sendo que eventuais divergências serão sanadas pelo representante do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO: Caberá ao gestor do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos listados no artigo 1º, do Decreto Estadual nº 53.047/2008, bem como instruir o expediente da contratação com o comprovante do respectivo cadastramento e com as cópias de documentos indicados no “caput” desta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO: As obras e os serviços serão pagos de acordo com as quantidades efetivamente executadas e medidas, sendo que a primeira medição não poderá se referir apenas à instalação da obra, devendo necessariamente corresponder à parcela de serviços executados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PAGAMENTOS

Os valores dos pagamentos a serem efetuados pelo CONTRATANTE serão calculados em conformidade com as medições realizadas no período a que o pagamento se referir, em consonância com o cronograma físico e financeiro da obra e a planilha de preços, mediante a apresentação dos originais da fatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 116, de 31.07.03, e a propósito do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, incidente sobre a execução contratual, será observado o seguinte:

I-) Caso a legislação Municipal não atribua ao tomador de serviços – a administração – a condição de responsável tributário:

a) por ocasião da apresentação ao CONTRATANTE das notas fiscais/faturas, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN, por meio de cópia autenticada ou cópia acompanhada do original para autenticação da guia de recolhimento correspondente aos serviços executados, relativos à nota fiscal/fatura apresentada para pagamento;

b) se por ocasião da emissão da nota fiscal/fatura não houver decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento do imposto;

c) a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

II-) Caso a legislação Municipal atribua ao tomador de serviços – a administração – a condição de responsável tributário:

a) em cumprimento à legislação do Município do local da obra, o CONTRATANTE, na qualidade de responsável pelo crédito tributário deverá reter e recolher ao referido Município, no prazo legal ou regulamentar, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente sobre o valor das notas fiscais/faturas, apresentadas pela CONTRATADA;

b) por ocasião da emissão das notas fiscais/faturas, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção relativo ao ISSQN, bem como indicar os valores não incluídos na base de cálculo do referido imposto, quando for o caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O primeiro pagamento não poderá se referir apenas à instalação da obra, devendo necessariamente corresponder também a serviços executados e ficará condicionado ao cumprimento pela CONTRATADA das seguintes providências de sua única e inteira responsabilidade:

a) apresentação de cópia do certificado de matrícula da obra perante o INSS;

b) entrega da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica da Obra, na qual deverá constar a referência expressa ao número do contrato, seu objeto e o número do processo, com todos os seus campos integralmente preenchidos;

c) prova de comunicado do início das obras à DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO - DRT;

d) apresentação do comprovante de pagamento dos prêmios de seguros exigidos no contrato, vencidos até então.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os pagamentos serão efetuados no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de cada medição, observando-se para as respectivas realizações, o seguinte procedimento:

a) a CONTRATADA deverá entregar os relatórios de medição no Departamento de Engenharia da Secretaria da Administração Penitenciária, ou em outro local a ser indicado pela Contratante, no prazo de um dia após a sua realização.

b) o CONTRATANTE deverá aprovar os valores para fins de faturamento, comunicando essa aprovação à CONTRATADA no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da medição;

c) a CONTRATADA deverá apresentar a fatura no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados, nos termos da alínea anterior;

d) a não aprovação dos valores nos termos da alínea “b” deverá ser comunicada à CONTRATADA, com a justificativa correspondente, no prazo estabelecido na mesma alínea “b”;

e) as faturas emitidas contra o CONTRATANTE pela CONTRATADA deverão ser entregues no protocolo da Secretaria da Administração Penitenciária, endereçadas ao Departamento de Administração, localizado na Av. General Ataliba Leonel, 556, Santana – São Paulo.

PARÁGRAFO QUARTO: Constitui, ainda, condição para realização dos pagamentos, a inexistência de registro em nome da CONTRATADA no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO: O cumprimento da condição que se refere o parágrafo anterior poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

PARÁGRAFO SEXTO: Os atrasos no cumprimento dos prazos fixados nas alíneas “a” e “c”, do parágrafo terceiro ensejarão a prorrogação do prazo estabelecido no “caput” do parágrafo terceiro por igual número de dias que corresponderem os atrasos verificados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Havendo atraso no pagamento, sobre o valor devido incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544/89, com base na Unidade Fiscal do Estado – UFESP, bem como juros moratórios, à razão de 0,5 (meio por cento) ao mês, calculados pro rata tempore, em relação ao atraso verificado.

PARÁGRAFO OITAVO: Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil.

PARÁGRAFO NONO: Para os pagamentos, além da execução dos serviços registrados pelas medições, é necessário que a CONTRATADA tenha cumprido todas as exigências contratuais relativas a pagamentos e atendido possíveis exigências da fiscalização, sem o que as faturas não serão aceitas.

PARÁGRAFO DÉCIMO: As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções e, nessa hipótese, o prazo estabelecido no “caput” do parágrafo terceiro será contado a partir da data de reapresentação das faturas, sem incorreções.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A devolução de qualquer fatura, por desconformidade com a medição ou descumprimento de condições contratuais, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A CONTRATADA deverá comprovar o pagamento do prêmio dos seguros exigidos, antes de todos os pagamentos mensais.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Para o último pagamento a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

a) todos os projetos executivos e desenhos em conformidade com o construído (*as built*);

- b) relações de peças sobressalentes dos equipamentos e sistemas fornecidos;
- c) resultados dos testes e ensaios realizados;
- d) comprovantes de pagamentos de contas de água, energia elétrica, etc.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A realização de pagamentos não isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, quaisquer que sejam, nem implicará aprovação definitiva dos serviços por ela executados.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DE PREÇO

Os preços não serão reajustados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Só será admitido reajuste se o prazo de execução do objeto sofrer prorrogação, observados os termos deste instrumento e da Lei de Licitações, de modo que o contrato venha a atingir vigência superior a 12 (doze) meses, salvo se a prorrogação ocorrer por culpa exclusiva da CONTRATADA, hipótese em que não haverá reajuste.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para o reajuste, serão observados: periodicidade de 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta, conforme Decreto Estadual nº 45.113, de 28 de agosto de 2000, e o Índice Geral de Edificações – FIPE, divulgado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, bem como as disposições do Decreto Estadual nº 27.133/87.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E ENTREGA DO OBJETO

O objeto desta licitação deverá ser executado e concluído, pelo contratado, em 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data da ordem de início dos serviços, conforme as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos da Tomada de Preços nº 02/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do contrato deverá ser executado na Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo/SP, CEP 02033-000, correndo por conta da CONTRATADA as despesas decorrentes da execução do contrato, inclusive aquelas relativas a seguros, transportes, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes dessa execução.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os projetos elaborados pela CONTRATADA deverão ser aprovados pelo CONTRATANTE. O desenvolvimento dos serviços obedecerá ao Cronograma Físico-Financeiro apresentado na proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Fica a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do objeto deste instrumento, observados os termos e limites previstos no § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As obras e serviços acrescidos na forma do disposto no “caput” da presente cláusula, não previstos na Planilha Orçamentária Detalhada – Anexo XVI serão assim remunerados:

- a) para o cômputo dos custos das obras e serviços que estiverem relacionados no Boletim de Custos nº 170 da CPOS serão considerados os custos e critérios de medição ali indicados. Do respectivo valor será deduzido o percentual resultante da diferença entre o valor total proposto pela CONTRATADA e o valor total constante da Planilha Orçamentária Detalhada que integra o edital, tendo como base os respectivos custos, acrescentando-se a esse resultado o percentual do BDI na forma explicitada na alínea “c” deste parágrafo;
- b) para o cômputo dos custos das obras e serviços não relacionados no Boletim de Custos nº 170 da CPOS, a composição dos custos respeitará os valores praticados no mercado, após a realização de pesquisa com no mínimo 03 (três) empresas do ramo, o menor preço da pesquisa, se aceito pela contratada, será acrescido do contrato, mediante termo de aditamento.
- c) os custos apurados na forma das alíneas “a” e “b” deste parágrafo passarão a fazer parte integrante da Planilha Orçamentária apresentada pela CONTRATADA, constante de sua proposta comercial, mediante Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Para o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a CONTRATADA prestou garantia sob a modalidade _____, no valor de R\$ _____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, em conformidade com o disposto no artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A garantia prestada deverá vigorar por prazo igual ao da vigência do presente contrato, sendo que, em caso de alteração contratual, a CONTRATADA deverá promover a complementação do respectivo valor, bem como de sua validade, se for o caso, de modo a que o valor da garantia corresponda ao percentual fixado no “caput”, facultada a substituição por qualquer das outras modalidades relacionadas no § 1º do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O CONTRATANTE fica, desde já, autorizado pela CONTRATADA a promover, perante a entidade responsável pela garantia, o levantamento de valor devido em decorrência de aplicação de penalidade de multa, na hipótese de não existir pagamento pendente em valor suficiente para quitar o débito, nos termos do parágrafo primeiro da cláusula décima terceira deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Verificada a hipótese do parágrafo segundo, e não rescindido o contrato, a CONTRATADA fica obrigada a proceder ao reforço da garantia, no valor correspondente ao levantamento feito, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de recepção da notificação do respectivo abatimento, sob pena de suspensão dos pagamentos subsequentes.

PARÁGRAFO QUARTO: A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após a expedição do Termo de Recebimento Definitivo da obra ou serviço e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente conforme dispõe o artigo 56, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente ajuste será de 225 (duzentos e vinte e cinco) dias, contados a partir da ordem de início da execução dos serviços, podendo ser prorrogado por termo aditivo, nas hipóteses previstas no artigo 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante prévia justificativa.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não obstante o prazo estipulado no caput desta cláusula, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do pacto, estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada na existência dos recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

Se a CONTRATADA inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, nos artigos 80 e 81 da Lei Estadual nº 6.544/89, e de acordo com o estipulado na Resolução SAP 06/2007, no que couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Sem prejuízo da aplicação das sanções indicadas no “caput” desta cláusula, o descumprimento das obrigações previstas nos incisos I, II e III, do artigo 9º, do Decreto Estadual nº 53.047/2008 sujeitará a Contratada à sanção administrativa de proibição de contratar com a Administração Pública, estabelecida no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes à referida sanção, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar das faturas, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

PARÁGRAFO QUARTO: O atraso injustificado na execução do contrato, no início ou término de quaisquer das atividades constantes dos cronogramas físico e financeiro apresentado pela CONTRATADA, implicará na aplicação de multa moratória disciplinada na Resolução SAP-06/07, na forma prevista no artigo 86, da Lei nº 8.666/93 e artigo 80 da Lei nº 6.544/89.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e nos artigos 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93, e artigos 75 a 82 da Lei Estadual nº 6.544/89.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93, e no artigo 77 da Lei Estadual nº 6.544/89.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Rescindido o contrato, a CONTRATADA terá um prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação da rescisão contratual, caso não tenha sido interposto recurso, ou da data da publicação do indeferimento do recurso, na imprensa oficial, para desmobilizar o canteiro e deixá-lo inteiramente livre e desimpedido.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em se tratando de CONTRATADA Cooperativa, o contrato será rescindido imediatamente na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições a que alude o § 1º do art. 1º do Decreto nº 55.938/10, com redação dada pelo Decreto nº 57.159/11.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto deste contrato será recebido pelo CONTRATANTE, após inspeção física de qualidade por comissão ou servidor para tanto designado, em conformidade com o disposto nos artigos 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666/93, nos artigos 70 e 71 da Lei Estadual nº 6.544/89 e as regras específicas estabelecidas neste instrumento, no edital e respectivos anexos da licitação indicada no preâmbulo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A vistoria para recebimento da obra será feita quando o imóvel tiver plena condição de uso, limpo e higienizado. Constatada a conclusão dos serviços de acordo com o projeto, as especificações e as recomendações da fiscalização, o objeto será recebido da seguinte forma:

a) Provisoriamente, após vistoria, que deverá ser realizada pelos representantes da Pasta e/ou a Gerenciadora, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que a CONTRATADA comunicar, por escrito, a conclusão do objeto, desde que a medição final tenha sido entregue.

O Recebimento Provisório será caracterizado com a emissão do termo de Recebimento Provisório, após a lavratura da ata circunstanciada contendo a vistoria realizada pelos representantes da Pasta e/ou a Gerenciadora, devendo expressar a concordância em receber o objeto provisoriamente, com o conhecimento e assinatura do representante da Contratada.

b) Definitivamente, por representantes da Pasta e/ou a Gerenciadora, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, até 30 (trinta) dias após o decurso do prazo de observação, indicado no parágrafo terceiro desta cláusula, observado o disposto no artigo 69 da Lei Federal nº 8.666/1993.

O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado, após o prazo de observação, desde que o servidor ou a Comissão tenha aprovado a completa adequação do objeto aos termos contratuais e o CONTRATADO apresente a baixa da matrícula da obra, com a respectiva CND do INSS.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Constatada irregularidade na execução do objeto contratual, a Administração, por meio da Comissão de Recebimento ou servidor, sem prejuízo das penalidades cabíveis, deverá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição/correção, ou rescindir a contratação.

b) Na hipótese de substituição/correção, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Comissão de Recebimento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação por escrito, sem que isso implique em quaisquer ônus para a Secretaria.

c) Se disser respeito à diferença de quantidade, de partes ou peças, determinar sua complementação, ou rescindir a contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O período para observação será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do Recebimento Provisório, se, na ocasião, outro prazo maior não for determinado para eventuais ensaios ou testes.

PARÁGRAFO QUARTO: O recebimento da obra, bem como a aceitação dos serviços das etapas intermediárias, atesta o cumprimento das exigências contratuais, mas não afasta a responsabilidade técnica ou civil da CONTRATADA, que permanece regida pela legislação pertinente.

PARÁGRAFO QUINTO: Havendo rejeição dos serviços no todo ou em parte estará a CONTRATADA obrigada a refazê-los, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, observando as condições estabelecidas para a execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

É defeso à CONTRATADA a cessão ou transferência total ou parcial dos direitos e obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É defeso à CONTRATADA a subcontratação, salvo, em caráter excepcional de serviços específicos, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sem prejuízo, em qualquer hipótese, da integral responsabilidade da CONTRATADA pela fiel execução da avença.

PARÁGRAFO ÚNICO: Eventual subcontratação, ainda que autorizada, não gerará qualquer direito em face da Administração contratante, sendo de integral responsabilidade da contratada eventuais ônus dela decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I - Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a) o Edital da Tomada de Preços nº 02/2017 e seus anexos;
- b) a PROPOSTA apresentada pela CONTRATADA;
- c) a Resolução SAP-06/2007.

II - Serão de propriedade exclusiva do CONTRATANTE os relatórios, mapas, desenhos, diagramas, planos estatísticos e quaisquer outros documentos elaborados pela CONTRATADA, referente ao objeto por ela executado.

III – O CONTRATADO é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorporações resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme dispõe o artigo 69, da Lei Federal nº 8.666/93.

IV - Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Estadual nº 6.544/89 e demais disposições regulamentares pertinentes.

V - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em três vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito:

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO XIV
RESOLUÇÃO SAP-6/07

Diário Oficial
Poder Executivo - Seção I quinta-feira, 11 de janeiro de 2007.
Administração Penitenciária

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SAP - 6, de 10-1-2007

Dispõe sobre a aplicação das multas previstas nas Leis federais 8.666/93 e 10.520/02 e na Lei Estadual 6.544/89, no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária.

O Secretário da Administração Penitenciária, nos termos do artigo 3º do Decreto 31.138, de 09/01/90, e suas alterações posteriores, resolve:

Artigo 1º- A aplicação das multas a que se referem os artigos 81, 86 e 87 da Lei Federal 8.666/93, artigo 7º da Lei Federal 10.520/02 e artigos 79, 80 e 81, II, da Lei Estadual 6.544/89, pelas autoridades mencionadas na Resolução SAP 108 de 20/09/93; sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 80 da Lei Estadual 6.544/89, obedecerá às normas estabelecidas na presente Resolução, exceto quando houver normatização específica.

Artigo 2- A recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação de multa na seguinte conformidade:

- I - No caso de obras, serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 5% do valor do ajuste;
- II - No caso de compras e prestação de serviços não contínuos, 20% do valor do ajuste.

Artigo 3º - A inexecução total do ajuste ensejará a incidência de multa na seguinte conformidade:

- I - No caso de obras, serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% do valor do ajuste;
- II - No caso de compras e prestação de serviços não contínuos, 30% do valor do ajuste.

Artigo 4º - A inexecução parcial do ajuste ensejará a incidência de multa na seguinte conformidade:

- I - No caso de obras e serviços de engenharia, 5% do saldo financeiro não realizado;
- II - No caso de compras e prestação de serviços não contínuos, 15% do saldo financeiro não realizado;
- III - No caso de prestação de serviços contínuos, multa de 30% por dia de inexecução, calculada sobre o valor diário do contrato.

Artigo 5º - O atraso injustificado na execução da contratação ensejará a aplicação de multa diária, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 0,1% na 1ª ocorrência e 0,2% quando houver reincidência, calculados sobre o valor da medição;

II - No caso de compras e prestação de serviços não contínuos, 0,25% até o 30º dia e 0,5% a partir do 31º dia, calculados sobre o valor correspondente ao saldo financeiro não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30%, calculados sobre o valor previsto por dia.

Parágrafo único - A multa por atraso não poderá exceder a 25% do saldo financeiro não realizado.

Artigo 6º - Para os contratos firmados com fundamento no art. 24, incisos III e IV da Lei Federal 8.666/93 e da Lei Estadual 6.544/89, as multas previstas nos artigos 2º a 5º terão seus percentuais acrescidos em 50%.

Parágrafo único - A multa por atraso não poderá exceder a 25% do saldo financeiro não realizado.

Artigo 7º - Os valores das multas serão descontados dos pagamentos devidos ao contratado ou da garantia do contrato.

Inexistindo estes, deverão ser recolhidos pelo contratado no prazo de 30 dias a contar da data da aplicação da penalidade ou do indeferimento do recurso, sob pena de cobrança judicial.

Artigo 8º - Decorrido o prazo para pagamento, as multas serão corrigidas monetariamente, de acordo com índice oficial, até a data de seu recolhimento.

Artigo 9º - As multas estabelecidas nesta Resolução são autônomas e a aplicação de uma não exclui a da outra.

Artigo 10 - As normas estabelecidas nesta Resolução deverão integrar, sob forma de anexo, os instrumentos convocatórios de licitações e os contratos ou instrumentos equivalentes de que trata esta Resolução.

Artigo 11 - Além das situações peculiares previstas no artigo 6º, as disposições desta Resolução aplicam-se, também, às demais contratações resultantes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 12 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução SAP 42, de 27/09/99.

ANEXO XV
CADERNO TÉCNICO

A) RELAÇÃO DE PROJETOS

B) MEMORIAIS DESCRITIVOS / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

C) CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO A PREÇOS UNITÁRIOS

ANEXO XVI
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA

ANEXO XVII
DEMONSTRATIVO DOS ENCARGOS SOCIAIS

ANEXO XVIII
COMPOSIÇÃO DO BDI

ANEXO XIX
DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU
COOPERATIVA

À
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SÃO PAULO/SP
Tomada de Preços nº 02/2017
PROCESSO SAP/GS Nº 960/2016

(nome/razão/social)....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, sob as penalidades legais, que a empresa acima nominada atende aos limites estabelecidos nos incisos I ou II do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 para o enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, respectivamente, ou Cooperativa enquadrada no artigo 34, da Lei nº 11.488/07, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do artigo 3º, da Lei Complementar 123/2006.

.....
(data)

.....
(Nome/Cargo/Assinatura do Representante Legal)

(Observação: Este documento deverá ser elaborado em papel timbrado e apresentado fora dos envelopes, acompanhando da carta credencial e da declaração de cumprimento aos requisitos da habilitação).

ANEXO XX
DECLARAÇÃO SOBRE ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA

À

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SÃO PAULO/SP

Tomada de Preços nº 02/2017

PROCESSO SAP/GS Nº 960/2016

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, que todos os custos referentes ao fornecimento de materiais, equipamentos, acessórios e a mão de obra necessária para a realização da administração local da obra e serviço de reparo e reforma da cobertura da Escola da Administração Penitenciária, para a total conclusão do objeto, estão inclusos na Planilha Orçamentária, não tendo nenhum outro ônus a ser recebido.

.....
(data)

.....
(Nome/Cargo/Assinatura do Representante Legal)

(Observação: Este documento deverá ser elaborado em papel timbrado e apresentado dentro do envelope nº 2 - Habilitação).